



Reunião Extraordinária de Ministros Ibero-Americanos das Finanças

Porto, 2 de Março de 2009

I. Sessão de trabalho n. 1

Os princípios comuns de reforma do sistema financeiro internacional:
Necessidades e propostas para os países ibero-americanos

Conclusões

A actual crise económica e financeira que afecta os nossos países, tornou clara a necessidade de adoptarmos medidas para mitigar os seus efeitos e implementarmos reformas estruturais que visem fortalecer os mercados financeiros, através de uma adequada estrutura de regulação e supervisão e da imposição de um maior nível de transparência nestes mercados.

Do debate que acabamos de ter destaque:

- A importância da correcção dos balanços dos bancos e das políticas orçamental e monetária, esta última visando não só a estabilidade de preços, como também a estabilidade financeira;
- Soluções têm que ser globais para serem eficazes: dado o carácter global da crise, o reforço da cooperação internacional, de forma a aumentar a eficácia das políticas monetárias e orçamentais de combate à crise, em particular nos países da América Latina, é essencial;



Ministério das Finanças e da Administração Pública

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

- A promoção de uma maior transparência das instituições financeiras, através do reforço do dever de divulgação de informação, designadamente ao nível da avaliação de activos financeiros complexos e das transacções fora de balanço;
- A necessidade de ampliar o perímetro da regulação, isto é aumentar o âmbito de aplicação da regulação já existente, de forma a abranger todas as actividades que representem um risco generalizado para a actividade económica;
- O desenvolvimento da supervisão macro-prudencial, em particular de mecanismos que atenuem os efeitos pró-cíclicos da própria regulação financeira e desencorajem a assunção excessiva do risco;
- A introdução da componente macro-prudencial na supervisão, assente em mecanismos eficazes de alerta precoce do risco desenvolvidos pelas Instituições Financeiras Internacionais, com especial destaque para o FMI;
- O reforço dos fluxos de crédito e investimento entre as nossas economias, assegurando níveis adequados de liquidez das instituições financeiras e recusando medidas proteccionistas neste domínio;
- Soluções de intervenção no sistema financeiro dos nossos países devem ser temporárias e não pôr em causa os mecanismos de mercado, fundamentais para o regular funcionamento da economia;
- A relevância do contributo das Instituições Financeiras Internacionais, em especial do FMI, para a resolução da actual crise, através da avaliação das suas causas e à emissão de recomendações para as evitar no futuro;
- O reforço dos mecanismos de supervisão do FMI, com particular destaque para as economias que apresentam maior risco sistémico;



- A necessidade de implementação de medidas que visem reforçar, flexibilizar e agilizar os instrumentos do FMI para atender às necessidades dos países membros, em particular da América Latina, revendo a condicionalidade, bem como a necessidade da adequação dos seus recursos financeiros e de aprofundamento da reforma da sua governação.

II. Sessão de trabalho n. 2

As medidas de intervenção pública implementadas pelos países ibero-americanos tendo em vista a mitigação da crise económica e financeira

Conclusões

Como bem nos mostrou o Relatório da CEPAL, os países ibero-americanos têm sofrido, com maior ou menor grau, os impactos da crise nas suas economias e nas suas sociedades, pelo que a adopção de medidas excepcionais para combate aos seus efeitos tem sido generalizada e diversificada.

Neste debate destaco as seguintes ideias:

1. A importância de mantermos vivos os fluxos de crédito nas economias e entre as economias, para o que é fulcral a actuação dos bancos centrais para garantia de liquidez. Devemos incentivar o financiamento de projectos de investimento viáveis e criadores de emprego, reforçando os programas de apoio às pequenas e médias empresas.

2. No âmbito da política orçamental, as medidas extraordinárias baseadas na despesa pública têm procurado estimular a confiança e a criação de emprego. Os países devem procurar uma implementação célere das medidas, introduzindo um carácter temporário e selectivo nas intervenções, e minorando distorções na concorrência. Medidas de



aumento do rendimento disponível devem ser dirigidas preferencialmente para os grupos de mais baixos rendimentos.

3. As intervenções de curto prazo devem ser compatíveis com os objectivos estruturais de aumento da competitividade, procurando a adopção de medidas que incluam preocupações de combate aos problemas estruturais de cada economia. Investir agora nas reformas estruturais permitirá competitividade e criação de empregos no futuro.

4. É importante manter uma visão de médio e longo prazo, implementando políticas económicas credíveis, sobretudo para as economias mais necessitadas de financiamento.

Por fim, este debate sublinhou a necessidade de continuarmos a agir, implementando políticas orçamentais e monetárias anti-cíclicas de forma célere e ágil, para que os benefícios destas medidas cheguem rapidamente aos seus destinatários, em particular aos grupos sociais mais sujeitos aos efeitos da crise, dando aos contribuintes a garantia que o seu dinheiro está a ser bem gasto e permitindo que as nossas economias saiam mais fortes desta crise.

III. Sessão de trabalho n. 3

O reforço dos recursos financeiros das instituições financeiras internacionais: o seu papel no combate à crise e no apoio sustentado aos processos de desenvolvimento da região

Conclusões

Dada a crescente interdependência dos mercados em consequência do processo de globalização, a crise financeira actual assumiu uma dimensão global que exige, igualmente, soluções globais, incluindo o reforço da cooperação internacional.



Ministério das Finanças e da Administração Pública

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Neste processo, as instituições financeiras internacionais (em particular o BM, BID, CAF e BEI) assumem particular importância enquanto parte integrante da arquitectura financeira internacional, bem como enquanto parceiros privilegiados dos países em desenvolvimento, apoiando estes países no sentido de promoverem políticas anti cíclicas e de estímulo económico.

Estas instituições devem, por conseguinte, tomar medidas no sentido de reforçar os seus instrumentos e recursos de forma a poder responder atempadamente ao aumento da procura de financiamento por parte dos países da América Latina.

Estas instituições têm também um papel na prevenção de tentativas proteccionistas, quer através do fomento de coordenação da resposta à crise, quer através de instrumentos multilaterais de reforço do financiamento do comércio internacional.

A comunidade internacional deve, pois, equacionar todos os meios necessários para ajudar estas instituições no reforço da sua actuação, incluindo o eventual aumento dos seus recursos. No entanto, atendendo ao facto de que eventuais aumentos de capital destas instituições poderão não produzir efeitos no curto prazo, será importante considerar todas as medidas possíveis para garantir uma resposta rápida por parte dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento ao forte aumento da procura de financiamento por parte dos países regionais.